

Projeto Abrigando a Cidadania: a assessoria jurídica popular e os desafios da efetividade

Autoria: *Lucas Pizzolatto Konzen, estudante de graduação de Ciências Jurídicas e Sociais, representante discente na Câmara de Extensão e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Contato: lucas.konzen@ufrgs.br

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Brasil

O projeto de extensão Abrigando a Cidadania investiga o problema da efetividade dos direitos à moradia adequada e à cidade sustentável, através da interação com populações moradoras de áreas de ocupação irregular consolidada, movimentos sociais e operadores das políticas públicas urbanísticas. A equipe executora busca estabelecer a troca de saberes com os sujeitos da reforma urbana acerca das formas de garantia e proteção desses direitos, utilizando-se das metodologias emancipatórias próprias da assessoria jurídica popular. O processo de interação, realizado por intermédio de oficinas de capacitação, aliadas a outras ações periféricas, tem como finalidade propiciar o desenvolvimento de soluções que impulsionem a reforma urbana, em especial, estratégias de regularização fundiária. Desse modo, a efetividade dos direitos à moradia e à cidade constitui-se em objeto e objetivo da iniciativa. A experiência de pesquisa-ação – vinculada ao programa de extensão Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – vem sendo promovida desde dezembro de 2002, por meio de uma parceria entre os estudantes do Grupo de Assessoria Popular (GAP) e os profissionais de uma organização da sociedade civil especializada na temática, o Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE).

Projeto de Extensão Aplicação dos Direitos e Garantias Fundamentais: Uma Visão Formal e Material.

Autoria: *Camila Pinto Gadelha, extensionista – discente de direito, belorfontepb@gmail.com, Universidade Federal de Campina Grande; Carla Constância Freitas de Carvalho, extensionista – discente de direito, c.constancia@bol.com.br, Universidade Federal de Campina Grande; Maria Marques Moreira Vieira, coordenadora do projeto – docente Especialista em Direito Constitucional e metodologia do ensino superior, thiago_marquesvieira@yahoo.com, Universidade Federal de Campina Grande; Talyta Roméria Nóbrega Bonja de Melo, extensionista – discente de direito, talytabonja@bol.com.br, Universidade Federal de Campina Grande.

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Brasil.

Introdução: a Extensão Universitária é uma atividade acadêmica prevista na Constituição Federal, implementada no curso de Direito da UFCG. O Projeto de Extensão “Aplicação dos Direitos e Garantias Fundamentais” configura-se como instrumento importante de informação e educação da classe estudantil do Ensino Fundamental e Médio do município de Sousa-PB, atuando como agente disseminador do conhecimento dos direitos básicos: vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. **Objetivos:** Instruir estudantes, dos supracitados níveis de ensino, sobre os direitos primordiais assegurados na Carta Magna em seu artigo 5º e suscitar o desenvolvimento de atividades pedagógicas nesta área, despertando as potencialidades críticas desses alunos. **Metodologia:** A metodologia adotada compõe-se de duas etapas: embasamento teórico dos extensionistas e desenvolvimento de oficinas jurídico-pedagógicas, tornando efetivo o contato entre universidade e comunidade. **Principais Resultados:** A partir das oficinas realizadas, os estudantes desenvolvem tarefas como: teatrinhos, ciclos de debate e cartazes vinculados aos temas trabalhados, sendo visível o envolvimento do público com a atividade extensionista. **Conclusão:** O desenvolvimento do projeto tem-se constituído importante canal de propagação dos direitos elencados na Constituição Federal, assim como ponto de articulação entre ensino-pesquisa e extensão universitária, despertando no público alvo a defesa dos direitos da pessoa humana e o exercício da cidadania.

Projeto Educação em Direitos humanos: a construção da cidadania

Autoria: José Baptista de Melo Neto – docente do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB, mestre em Direito Administrativo e orientador do Projeto. *Hugo Belarmino de Moraes – discente do curso de Direito/UFPB e extensionista do Projeto. hugo_direito@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Brasil

Desenvolvido por estudantes de Direito da UFPB, no intuito de disseminar a discussão e prática dos direitos humanos, enfocando sua importância na atualidade como tema que leva à reflexão crítica, o Projeto Educação em Direitos Humanos: a construção da cidadania busca trazer o aprofundamento teórico necessário ao debate dos direitos fundamentais de forma simples e acessível, contribuindo para a formação de agentes críticos e multiplicadores da cultura dos direitos humanos. O Projeto se divide em duas fases: a primeira, de capacitação interna dos extensionistas, que se dividem em comissões temáticas, cada qual responsável por uma “dimensão” dos direitos fundamentais, pesquisando sobre os temas e apresentando esse resultado para o grupo maior que os avalia; a segunda, com os mini-cursos, que acontecem nas mais diversas comunidades, onde os estudantes fazem a exposição da matéria e dialogam com os participantes, observando suas demandas sociais e jurídicas específicas, promovendo a interação entre universidade X comunidade. Como resultado, já foram realizados mini-cursos em associações, escolas de 2º grau, grupos vinculados à Igreja e para alunos de outros cursos da UFPB. Foi produzida também uma cartilha didática com questões práticas, exemplos de remédios jurídicos para proteção dos direitos humanos, com uma lista de locais onde procurar sua defesa. Por parte dos extensionistas, a familiarização com o conteúdo - e sua posterior exposição - serve de mola propulsora para a formação de um estudante de Direito preocupado com as demandas sociais, com a defesa e a popularização dos direitos fundamentais. Observa-se também, um interesse muito grande por parte dos participantes em aplicar na prática estes conhecimentos expostos. Ocorre então, tanto nos estudantes, como nas comunidades envolvidas, um despertar pela utilização efetiva dos direitos humanos, demonstrando um salto qualitativo na concepção de cidadania, que passa principalmente pelo entender-se como sujeito dos direitos fundamentais.

Projeto GEPES - Grupo de Estudos em Políticas Educacionais e Sociais

Autoria: Jurema Iara Reis Belli(*), Mestre em Educação, Docente jurema@ipiville.udesc.br, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - Centro de Ciências Tecnológicas - CCT; Andrea Mantredini, Acadêmica do Curso de Engenharia de Produção e Sistemas, deiamant@yahoo.com.br, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - Centro de Ciências Tecnológicas - CCT; Ana Paula de Souza - Acadêmica do Curso de Engenharia de Produção e Sistemas, ana.pinha@hotmail.com, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - Centro de Ciências Tecnológicas - CCT

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - BRASIL

Este projeto vem discutir a necessidade de se articular ações em defesa da criança e do adolescente. A criação do GEPES surgiu do encontro informal de um Grupo de Articulação Regional de Ações em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - GRADCIA. Nem todos os membros que fazem parte deste Projeto são pessoas especializadas nesta área. Mas a proposta é de um trabalho multidisciplinar com a finalidade de fortalecer este grupo. Dando todo o suporte necessário para coletar as informações junto a eles, de suas necessidades e das atividades implementadas que deram certo; E assim, executar atividades em favor de todos os Municípios abrangidos. Também viemos desta forma divulgar todas as ações a que o grupo se propõe. Através de reuniões mensais, viemos orientando e auxiliando os Conselhos de Direito e Tutelares dos Municípios membros, de forma a facilitar a sua organização e ações. Fortalecer o trabalho dos Conselhos Municipais tem sido a maior tarefa deste grupo. **Introdução**

A macro região de Joinville possui 16(dezesseis) municípios ligados a AMUNESC (Associação dos Municípios do Nordeste do Estado de Santa Catarina) e AMVALI (Associação dos Municípios do Vale do Itapocú) são eles: Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú, Schroeder, Araquari, Balneário de Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul. É nesta realidade que está organizado GRADCIA (Grupo Regional de Articulação de Ações em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente).Objetivos

O GEPES é um Grupo de Estudos em Educação e Políticas Sociais, seu grande objetivo é proporcionar condições para que o Grupo de Articuladores pudessem melhorar a capacidade de atendimento junto aos 16 Conselhos Municipais destas regiões do Estado de Santa Catarina.

Projeto Habitat: Uma Reflexão Sobre a Ação Extensionista

Autoria: Aline Werneck Barbosa de Carvalho - Doutora em Arquitetura e Urbanismo / FAUJSP, professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFV - abarbossa@ufv.br; Ivana Costa de Amorim - Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo e bolsista de Extensão - ivanaamorim@yahoo.com.br; Patricia Layne Alves - Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo - patricialaynearq@yahoo.com.br.

Instituição: Universidade Federal de Viçosa, UFV - Brasil

O Projeto Habitat constitui-se de uma iniciativa do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV, com a participação de estudantes bolsistas de extensão, visando ao atendimento de necessidades habitacionais no Bairro Nova Viçosa, em Viçosa-MG. Este projeto tem como objetivo dar continuidade a ações visando à melhoria das condições de habitação e habitabilidade no bairro. Propondo um conjunto de intervenções, que incluem: a realização de palestras, visitas e reuniões com a comunidade, a fim de organizar a população em torno de objetivos comuns relacionados com a qualidade do "habitat" e da habitação; a elaboração de projetos arquitetônicos e paisagísticos em locais degradados e carentes de equipamentos urbanos, e o desenvolvimento de atividades com a população. Esse projeto se encontra em andamento há 1 ano e nove meses, apresentando resultados parciais, relacionados com o contato direto com a comunidade, a sua organização em torno das propostas, a divulgação das ações, a definição dos meios adequados para a realização das atividades, a conscientização da comunidade quanto à necessidade das modificações sugeridas, o trabalho nas moradias selecionadas, onde já foi feito o levantamento arquitetônico e fotográfico dos locais onde serão realizados os projetos de reformas, bem como o acompanhamento das obras nelas realizadas.

Projeto Recrutinha – Mente e Corpo em Harmonia

Autoria: Paulo Henrique Silva Soares, Professor substituto da UFG/Campus Avançado de Jataí, Waldiceia Felisbina Moreira Fernandes*, aluna de graduação do curso de Educação Física da UFG/Campus Avançado de Jataí, waldiceiafernandes@uol.com.br, Fausto Machado Vilela, 3º Sargento - Monitor de Educação Física do 41º Batalhão de Infantaria Motorizada, Antônio Augusto Nereu Junior, 3º Sargento - Monitor de Educação Física do 41º Batalhão de Infantaria Motorizada, Paranhos José da Silva Santana, 3º Sargento - Monitor de Educação Física do 41º Batalhão de Infantaria Motorizada

Instituição: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Jataí

O 41º Batalhão de Infantaria Motorizada (Jataí-GO) e Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Jataí em parceria com a secretaria municipal de assistência e promoção social e conselho tutelar implementaram o projeto Força no Esporte que na ocasião foi intitulado: Recrutinha - mente e corpo em harmonia. O projeto teve início de suas atividades no mês de setembro de 2004, e seu encerramento em julho de 2005. Foram selecionados, nas regiões mais carentes da cidade, 100 jovens de 12 a 15 anos, matriculados e frequentadores da rede pública de ensino. O projeto recrutinha foi direcionado para o esporte, com práticas de futebol de campo, futsal, natação, voleibol, xadrez e

atletismo. Além dessas atividades, os jovens tiveram reforços escolares, palestras sobre saúde desenvolvimento pessoal e laser. Com tudo isso, a transformação ocorreu com todos os participantes, desde alunos, professores, estagiários e organizadores. Entretanto, temos a certeza de que a contribuição dada aos jovens e adolescentes do projeto será crucial para a vida futura desses egressos e ninguém nunca vai poder prever se os momentos que estiveram fora das ruas não evitaram males maiores. O objetivo do projeto é a formação do caráter de nossos jovens e acima de tudo dar oportunidade de lazer e a prática esportiva.

Projeto Rondon 2005: Diagnóstico para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Município de Tefé (Amazônia Ocidental)

Autoria: Rosinha Machado Camon, Professor-coordenador, Escola de Administração EA-UFRGS, camon@ea.ufrgs.br, Beatriz Hellwig, Bacharel em Administração pela UFRGS, bhellwig@yahoo.com.br, Cristiane Keller, Graduada em Farmácia, crikakeller@pop.com.br

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O artigo apresenta resultados do diagnóstico do Município de Tefé, na Amazônia Ocidental, realizado pela equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no âmbito do Projeto Rondon 2005. A missão, integrada por um professor e quatro universitários, teve por objetivo subsidiar futuras ações governamentais com vistas ao Desenvolvimento Sustentável da região Amazônica. Durante os dias em que permaneceu em Tefé, a equipe realizou entrevistas com autoridades e com a comunidade em geral, visitas em comunidades ribeirinhas e consultas de documentos, dados esses, consolidados em relatório enviado ao Ministério da Defesa. Neste documento são relatadas a precariedade do sistema de saúde e ensino, a ausência de atividades culturais, a inexistência de sistemas de abastecimento de energia, água e saneamento básico, situação essa, que fere os direitos assegurados pela constituição brasileira de 1988, e cujas consequências perversas se fazem sentir nas mais diversas esferas da vida. Apesar do relatório apresentar recomendações, até o momento se desconhece providências que tenham sido tomadas para colocar a situação de Tefé na legalidade. Exceção feita à estratégia de repasse dos recursos do Programa Bolsa Família, os quais passaram a ser repassados diretamente às Prefeituras.

Projeto Themis: Aluno Cidadão - Perspectivas de efetivação dos direitos humanos a partir da educação

Autoria: Alves, Bruno Franco - Discente - Universidade Federal de Viçosa - bfrancout@yahoo.com.br; Patrocínio, Dariana Augusta de Toledo - Discente Universidade Federal de Viçosa - daranapatrocinio@yahoo.com.br; Colli, Luciene Rinaldi - Docente MS - Universidade Federal de Viçosa - lucolli@ufv.br

Instituição: Universidade Federal Viçosa

As ações desenvolvidas pelo "Projeto Themis: Aluno Cidadão" relacionam-se com os anseios por uma nova prática educacional, capaz de despertar os educandos para o exercício diário da cidadania. O Projeto foi concebido e é desenvolvido com o objetivo de possibilitar que os estudantes se reconheçam enquanto sujeitos detentores de direitos, tornando-os aptos a identificar a violação destes direitos e suas causas e, principalmente: fornecer subsídios aos estudantes para que possam lutar pela efetivação dos seus direitos. Através de intervenções semanais em turmas de sétima e oitava séries de escolas municipais da periferia da cidade de Viçosa-MG, são abordados temas ligados ao Direito e à Cidadania. Fundamentadas na pedagogia "freireana", as atividades são coordenadas pelos executores do Projeto e privilegiam a participação dos educandos. A partir dessas atividades é feita a interface entre a realidade vivida pelos estudantes e o que preconiza

o Direito. Da troca de experiências surgem alternativas para que a realidade almejada possa ser materializada, enfatizando-se sempre a necessidade da participação de todos para a sua construção.

Com desenvolvimento da consciência crítica e da postura cidadã dos educandos, espera-se contribuir para a efetividade dos direitos humanos e conseqüentemente para a construção de uma sociedade realmente justa e democrática.

Promoção de Políticas de Igualdade Racial na UFT: Desafios para o exercício dos Direitos Humanos

Autoria (*) Ana Lucia Pereira, Mestre em História, docente, UFT, prof. analucia@terra.com.br; Denilson Barbosa de Castro, Mestre em Educação, docente, UFT, denilsoncastro@uft.edu.br, Universidade Federal do Tocantins - UFT - Brasil

Instituição Universidade Federal do Tocantins - UFT - Brasil

Introdução: A Comissão Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial na UFT, ligada a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, foi instituída no dia 19 de fevereiro de 2004 e tem por finalidade propor - em âmbito da UFT - políticas de inclusão e permanência de alunos oriundos da população negra, indígena e carente. **Objetivos:** a Comissão Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial, tem como objetivo principal, incorporar a temática racial à construção das políticas educacionais a serem implementadas na UFT. **Metodologia:** a Universidade Federal do Tocantins nasceu contando com uma produção científica no campo dos direitos humanos, fruto do trabalho de alguns núcleos de estudos voltados para as questões de gênero, raça e etnia. Considerando este histórico, a Comissão Especial buscou envolver em seu debate, além dos núcleos de estudos, outros segmentos da comunidade acadêmica (DCE e Rede de Educação), do governo estadual e municipal (secretarias da educação) e da sociedade civil (movimento negro e indígena). O trabalho se desenvolve através de reuniões periódicas, realização de seminários e participação em conferências. A intervenção na proposição de políticas educacionais a serem implementadas na UFT se processa através da participação nos colegiados de curso e na sensibilização dos membros dos órgãos colegiados superiores. **Principais resultados e conclusões:** a 1ª etapa do trabalho da Comissão resultou em um processo de sensibilização da comunidade acadêmica e da sociedade tocantinense. Na 2ª etapa foi desenvolvido um levantamento socioeconômico, cultural e étnico-racial dos acadêmicos da UFT que culminou na política de cotas para estudantes indígenas. A 3ª etapa consiste no acompanhamento (permanência e sucesso) dos estudantes indígenas, negros e carentes. Finalmente, a educação em Direitos Humanos, o debate contínuo e a avaliação das ações, constituem-se no desafio maior da Comissão.

Pólo Unama de Liberdade Assistida: promovendo resiliência

Autoria: Janaina Andrade dos Anjos* Discente do Curso de Psicologia e Bolsista de Extensão do Pólo Unama de Liberdade Assistida. E-mail: janainaanjos@yahoo.com.br

Instituição Universidade da Amazônia - UNAMA - Brasil

O presente artigo versa sobre o adolescente autor de ato infracional na concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Apresenta o Projeto Pólo UNAMA de Liberdade Assistida enquanto espaço que busca a promoção da resiliência no adolescente autor de infração, com vistas a propiciar-lhes a construção de um novo projeto de vida. O estudo discute a resiliência com base em pesquisa bibliográfica e análise de categorias em confronto com as atividades pedagógicas desenvolvidas pelo Pólo Unama. Concluiu-se que a resiliência, como capacidade de enfrentar e superar adversidades, favorece a inserção social do adolescente autor de ato infracional, e que o Pólo Unama, através das atividades que desenvolve, promove resiliência nos adolescentes atendidos.

Reconstrução da Consciência: um projeto de sensibilização das famílias acerca do trabalho precoce

Autoria : Orientadora: Maria de Fátima Pereira Alberto, docente do curso de Psicologia da UFPB (falberto@uol.com.br); Karine Cristhiane Azevedo de Aquino*, discente do curso de Psicologia pela UFPB (karinecristianne@yahoo.com.br); Vanessa Cavalcante Gomes, discente do curso de Psicologia pela UFPB (vanessinhacg@uol.com.br); Ana Cristina Serafim da Silva, discente do curso de Psicologia pela UFPB (aninhacris00@hotmail.com); Denise Perera dos Santos, discente do curso de Psicologia pela UFPB (denyps@yahoo.com.br)

Instituição Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Brasil

O objetivo desse trabalho foi avaliar o programa do PETI, buscando propor melhorias de execução junto com a Comissão Estadual e a Secretaria de Trabalho e Promoção Social. Utilizou-se um questionário com a finalidade de selecionar os núcleos do PETI que apresentavam as demandas sociais mais urgentes. As atividades do "Balcão de Direitos", extensão do projeto Formação de Agentes que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil, baseavam-se na informação, conscientização e sensibilização da população das três comunidades escolhidas, Mumbaba I, Roger e Cristo, quanto à luta pela erradicação do trabalho infantil, enfatizando suas causas, conseqüências e prejuízos para o desenvolvimento da criança. Desenvolveu-se dentro das comunidades, apoio e orientação às famílias por meio de ações sócio-educativas, através da realização de oficinas e palestras com as famílias, reunião com os monitores e responsáveis pelos núcleos; e realização de visitas aos Conselhos Tutelares, com a finalidade de verificar a atuação dos mesmos. A importância do Balcão, mesmo tendo atingido apenas três Comunidades de João Pessoa, permitiu uma articulação de ferramentas teóricas com a organização das atividades práticas, possibilitando aos nossos futuros profissionais repensar as ações de cidadania, que já estão postas pelo Governo, mas que não atendem a demanda populacional.

Regularização da Moradia no Bairro do Garcia - Efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana

Autoria *Agenor de Souza Santos Sampaio Neto, Professor, Faculdade 2 de Julho, sampaioneto@ig.com.br.

Instituição Faculdade 2 de Julho - F2J - Brasil

Introdução: O Estatuto da Cidade (Lei 10527/01) não é só um diploma legal, mas, um instrumento da cidadania, na medida em que possibilita (re)desenhar a vida dos moradores dos centros urbanos, em especial a regularização fundiária de áreas ocupadas pela população de baixa renda. A regulação fundiária contribui para a efetividade do constitucional princípio-mor da dignidade da pessoa humana. Através do usucapião especial urbano é possível legalizar a moradia daqueles que ocupam imóvel de até 250 m², sem oposição do proprietário, há mais de cinco anos, enquanto o usucapião especial coletivo, possibilita em áreas superiores a 250 m², onde não for possível identificar terrenos ocupados por possuidor, podendo ser proposta ação, pelos interessados ou pela associação de moradores. Nesse contexto, insere-se o populoso Bairro do Garcia na capital baiana, onde está localizado a Faculdade 2 de Julho, locus de atuação da atividade extensionista. Portanto, trata-se de um projeto de interlocução com o local, extrapassando o campo do assistencialismo, aqui a extensão interage com a comunidade, vai além do campus, todavia, tem como diferencial mudar o fazer universitário, assim a extensão não é para mudar a sociedade, mas para mudar a própria academia. **Objetivos:** O projeto propõe-se a interagir com a comunidade no entorno do campus no sentido de discutir a função social da propriedade, levantando dados com fins de regularizar a moradia. **Metodologia:** A Metodologia do projeto tem estrutura modular, sendo que cada módulo possui um professor e 05 (cinco) alunos, inicialmente discutindo o Estatuto, e depois fazer o levantamento no bairro das

moradias que serão regularizadas através dos instrumentos do Estatuto, Resultados e Conclusões: O projeto foi apresentado através de Seminário com apresentação e discussão dos objetivos e metodologia, tendo ocorrido a formação de grupos de alunos para interação nos bairros com vistas a implementação do projeto.

Segredo de Polichinelo: a exploração sexual no Médio Vale do Jequitinhonha

Autoria: Cássia Reis Donato* - Estudante de Psicologia - Discente - cresdonato@yahoo.com.br - Programa Pólos de Cidadania da UFMG; Chyara Sales Pereira - Socióloga - Técnica - chyaras@gmail.com - Programa Pólos de Cidadania da UFMG; Clárisse Carvalho Leão Machado* - Estudante de Psicologia - Discente - clarisseleao@yahoo.com.br - Programa Pólos de Cidadania da UFMG; Júlia Penido Monteiro* - Estudante de Psicologia - Discente - juninhapm@yahoo.com.br - Programa Pólos de Cidadania da UFMG; Sara Abreu da Mata Machado* - Estudante de Comunicação Social - Discente - saracomunica@yahoo.com.br - Programa Polo

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Brasil

Este trabalho visa descrever e refletir sobre as atividades em desenvolvimento no projeto de pesquisa e extensão 18 de Maio que integra o Programa Pólos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais. O Projeto, financiado pelo Ministério da Justiça, atua em prol da efetividade dos Direitos Humanos em sete municípios da microrregião do Médio Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, com o objetivo de criar condições de prevenção à exploração sexual infanto-juvenil. Para tanto, pretende fomentar a constituição de uma rede de proteção de crianças e adolescentes do Vale, por meio da mobilização da comunidade local, sendo uma de suas metas a formação de grupos para constituir cooperativas ou potencializar iniciativas associativistas. As principais bases teórico-metodológicas utilizadas no Projeto são a pesquisa-ação, postulada por Michel Thiollent, e as idéias sobre Mobilização Social, discutidas por Bernardo Toro. Até o presente momento, foi realizado um mapeamento das entidades locais e estabelecido um diálogo com seus representantes, o que tem proporcionado a problematização e a reflexão por parte dos atores sociais nos municípios envolvidos acerca da exploração sexual. Em suma, a proposta é que as ações de prevenção à exploração sexual sejam elaboradas e realizadas em conjunto com a comunidade, a partir de suas demandas.

Tripla parceria: extensão universitária, ensino a distância e novas tecnologias eletrônicas – arranjo capaz de fortalecer a democracia participativa?

Autoria: Laura Silva Jardim - Graduada em Ciências Sociais (laurasilvadjardim@gmail.com); Lilian Cristina Bernardo Gomes - Mestre em Ciência Política (lcbgomes@yahoo.com.br); Vanderson Gonçalves Carneiro - Mestrando em Ciência Política (vandersonc@yahoo.com.br)

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

O presente artigo mostra uma experiência de extensão universitária através de um curso de Educação a Distância com atores de diferentes nacionalidades. Através da plataforma e-ProInfo, do Ministério da Educação, é desenvolvido o curso e-AGORA. Esse curso que utiliza diversas ferramentas das novas tecnologias eletrônicas através da internet, trabalha temas como democracia participativa, democracia local, accountability social, e-democracia, políticas públicas e outros, em três idiomas: português, francês e espanhol. A análise dessa experiência busca dialogar com as possibilidades que se abrem através dessa tripla parceria: extensão universitária, ensino a distância e novas tecnologias eletrônicas. O artigo procura analisar o curso e-AGORA indicando as principais questões enfrentadas na criação, implementação e manutenção dessa plataforma bem como analisa de que modo essas ferramentas possibilitaram uma grande integração, com troca de saberes, contribuindo para o aprimoramento da democracia. Na primeira parte intitulada Metodologia, apresentaremos alguns elementos que permitem

conhecer o modo de funcionamento do projeto. Na segunda parte, Resultados, apresentaremos alguns limites e potencialidades do e-AGORA, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista do processo educativo e interativo desse curso de EaD. E, na terceira, faremos algumas considerações finais sobre essa experiência, apontando como um projeto de extensão universitária pode contribuir na articulação entre universidade e sociedade, e também para o aprimoramento da democracia.

Universidade e sociedade: Juntas na formação da cidadania plena

Autoria: Anna Augusta Medeiros Cavalcanti, discente*; Énio Saravá Leão, discente; Fabiana Fernandes, discente; Dra. Auri Donato da Cunha, docente

Instituição: Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ, Brasil

O Projeto Consciência surgiu como necessidade da inserção na formação dos estudantes de Direito, do conhecimento popular, através de ações socialmente relevantes que possibilitassem um aprendizado baseado na realidade do público a ser trabalhado. O projeto foi implantado em 2003, atualmente está atuando junto aos moradores da Comunidade Boa Esperança, localizada no bairro do Cristo na Cidade de João Pessoa-PB. O projeto tem como principal objetivo contribuir no processo de conscientização de crianças, jovens, adultos e grupos de terceira idade, acerca dos seus direitos, garantidos por lei, colaborando assim para a construção da sua cidadania. Visa também contribuir na formação de profissionais cidadãos, propondo novas estratégias para o ensino jurídico, a partir de uma prática social. Reconhecer e capacitar lideranças comunitárias e construir estratégias de efetivação de políticas públicas, de acordo com a demanda da população, também são objetivos do trabalho. Para concretização das ações junto à comunidade, desenvolve-se um processo teórico-metodológico baseado na educação popular, objetivando a produção de cartilhas metodologicamente diferenciadas, de acordo com a demanda de seu público alvo. Assim, o ponto de partida das práticas extensionista é a realidade da população. O trabalho está sendo desenvolvido através de reuniões quinzenais com os comunitários e palestras, de acordo com os temas propostos, na Escola Municipal Prof. Daura Rangel, possibilitando um diálogo entre o saber popular e o acadêmico. Semanalmente são realizadas reuniões com os extensionistas, onde são analisados os problemas levantados pela comunidade e encaminhados para as devidas soluções, através da intervenção conjunta entre estudantes e comunitários, junto aos órgãos competentes.

Vilas e favelas: Mediação, Cidadania e Organização Popular

Autoria: *Maria Clara Pessoa Moreira de Lellis (discente de Direito/FDUFMG - mclara_pessoa@yahoo.com.br); Maria Izabel Pereira dos Santos (técnica do Serviço Social - mizabelsantos@hotmail.com); Raquel Lopes Decal (técnica da Psicologia - rdecal@hotmail.com); Tiago Costa Xavier (discente de Direito/FDUFMG - tiagocostaxavier@gmail.com); Vivian Barros Martins (técnica do Direito - vilbarros@ig.com.br)

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, FDUFMG

O Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFMG e em convênio com diversos órgãos, especialmente com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, desenvolve o projeto Núcleo de Mediação e Cidadania (NMC). Esse Projeto atua em dois eixos complementares e interdependentes - Mediação de Conflitos e Mediação Comunitária - com o objetivo de, constituindo Capital Social e Humano, emancipar as populações de áreas de exclusão e de risco social, transformando a realidade por meio da Extensão Universitária. O Projeto desenvolveu uma metodologia própria de pesquisa-ação, apoiada em marcos teóricos criados a partir da experiência do Projeto aliada a outros marcos teóricos como Boaventura de Sousa Santos, Jürgen Habermas, Foucault e Thiollent. Através da ação de seus extensionistas, formados por equipes interdisciplinares, procura-se levar as

conquistas da Universidade Pública para a dura realidade social dos Aglomerados de Belo Horizonte, procurando a solução das demandas locais e produzindo conhecimento para a superação dos conflitos. O Projeto tem atividade em três localidades nos Aglomerados da Serra e Santa Lúcia e no Conjunto Felicidade. Dessa forma, pretende-se realizar ações de extensão que produzam mudanças na realidade, em todos os envolvidos e na própria Universidade. Os principais resultados constatados foram: a formação de redes sociais, o desenvolvimento de um programa de rádio nas rádios comunitárias, a coletivização de demandas com a preocupação de atuar em conjunto com a comunidade, tendo esta como parceira e não como objeto de estudo. A participação ativa das partes em busca da resolução de seus conflitos proporciona um resgate da autonomia, o que favorece soluções alternativas para o problema. Na mediação de Conflitos os resultados são, portanto, no âmbito individual o que demonstra a necessidade de se conjugar os dois eixos de atuação do Projeto.

Vivências e Estudos a partir do Projeto de Extensão: Viva-Idade: uma Proposta de Lazer, para Idosos.

Autoria: (*)Nilceia Barbosa da Costa - Discente em Economia Doméstica e estagiária do PGM - nilceiabcosta@yahoo.com.br; Jacinta Cristiana Barbosa Discente em Economia Doméstica e estagiária do PGM - kitabarbosayahoo.com.br; Katia Milagres Rosado - Discente em Economia Doméstica e estagiária do PGM - katiarmrosado@hotmail.com; Gourete da Consolação Souza - Discente em Economia Doméstica e estagiária do PGM - gouretemacedo@yahoo.com.br; Iris Ferreira de Sousa - Discente em Economia Doméstica e bolsista do PGM - irissousa@yahoo.com.br; Ivani Soleira Gomes - Técnica do PGM e Coordenadora do referi.

Instituição: Universidade Federal de Viçosa - UFV - Brasil

O perfil sócio demográfico brasileiro vem sofrendo mudanças devido aos avanços da medicina e da melhoria na qualidade de vida. Tais fatores resultam no aumento da expectativa de vida e automaticamente no número de idosos. O presente trabalho tem como objetivo identificar como o Projeto de Extensão: “Viva Idade - uma Proposta de Lazer para Idosos” promove a valorização criativa dos idosos da Associação Beneficente de Amparo ao Idoso-ABAI, de Guaraciaba-MG, por meio de atividades de lazer visando à socialização dos mesmos. Na execução do projeto utiliza - se meios como: a realização de oficinas de artesanato, palestras educativas e cursos de capacitação profissional que incentivem a participação dos atores envolvidos: idosos, administração, funcionários e voluntários, acadêmicos, comunidade de Guaraciaba e Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) de Viçosa que orienta os acadêmicos do projeto. Portanto, é imprescindível a interação entre sociedade, família e poder público para que a população idosa não seja marginalizada e, contudo, torna-se necessária a inclusão de medidas de intervenção, que proporcionem aos idosos a demonstração de suas potencialidades e a descoberta de novos papéis sociais, que sejam aceitos pela sociedade.

Ética e Cidadania: Um Relato de Experiência na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/Paranaíba

Autoria: *Alex Ribeiro Campagnoli, Graduando no Curso de Direito, alex_juilitasu2000@yahoo.com.br; *Anareli Ribeiro Campagnoli, Graduando no Curso de Direito, anareli_direito@yahoo.com.br; *Dabel Cristina Maria Salviano, Professora Universitária, dabel@uems.br

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS/ Brasil

A UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), unidade universitária de Paranaíba-MS e a Justiça Eleitoral do município, celebraram projeto pioneiro de conscientização, esclarecimento e informação a respeito do voto ético para a população da região. Estudos a respeito da legislação eleitoral e elaboraram palestras, as quais foram ministradas a população local, em escolas, indústrias, associações de bairros e comércio em geral, com intuito de esclarecer dúvidas e levar ao conhecimento da população a legislação e o processo político eleitoral. Realizou-se

a distribuição maciça de folhetos informativos e adesivos confeccionados pela Justiça Eleitoral, instalação de outdoors repressivos e éticos, treinamento com urnas eletrônicas para facilitar o voto no processo eleitoral. Redução considerável de denúncias e processos relativos à compra de votos, uma postura mais ética por parte dos candidatos, com debates éticos e proveitosos, maior envolvimento e participação da população na realização do pleito, e proibição de eventos que pudessem caracterizar propaganda ou compra de votos. Portanto para que melhore a situação política do Brasil é necessário que se realizem trabalhos de conscientização junto a comunidade. É necessário que a população passe a dar a importância que os Direitos Políticos.

Índios Potiguara: Interação com a Extensão Universitária pela Educação, Cidadania, Cultura e Memória Indígenas

Autoria: Maria das Graças Brito - Técnica-COPAC/UFPB, Enfermeira Sanitarista e Coordenadora do Programa (*)Amanda Santos Soares - discente dos cursos Direito e Letras/UFPB, membro colaborador da Comissão de Direitos Humanos/UFPB e bolsista do Programa - meninas904@ig.com.br; Fernanda Ribeiro Barbosa - discente do curso Ciências Sociais/UFPB e bolsista do Programa; Fernando de Souza Barbosa Junior - mestrando em Sociologia/UFPB e membro da Comissão de Direitos Humanos/UFPB; Maria do Socorro Franco Diniz - discente do curso Serviço Social, e outros

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Brasil

O Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara se propõe, desde 2003, a desenvolver ações de inserção social nas áreas de educação, promoção social e geração de renda com a população indígena Potiguara das aldeias de Monte-Mór, Jaraguá e Três Rios, na Paraíba, através do Programa de Apoio à Extensão Universitária voltada às Políticas Públicas – PROEXT/2004. O Programa utiliza a metodologia da pesquisa participante, integrando saber popular e acadêmico. Como recursos metodológicos, utiliza pesquisa de campo, oficinas pedagógicas, vídeos, aulas dialogadas, audiências públicas, assembleias comunitárias, assessoria e acompanhamento jurídico-político nas questões coletivas e outros. Integram o programa cinco projetos – um em memória e cultura, um em promoção social e geração de renda e três em educação, sendo um em alfabetização de jovens e adultos, um em educação básica e um em educação em direitos humanos. O programa envolve distintas áreas do conhecimento, como Direito, Sociologia, História, Pedagogia, Comunicação, Administração, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Contabilidade e Educação Artística, que exercem processos multi e interdisciplinares na execução das metas, articulando também diferentes projetos de extensão. Oportuniza aos extensionistas ações de pesquisa e extensão, agregando qualidade ao processo de ensino-aprendizagem e na formação universitária. O programa tem como resultados a produção de materiais didáticos (vídeos, cartilha, folders, cartazes e produção de textos) e a produção cultural (vídeos, teatro e apresentações culturais), bem como a ampliação do debate sobre a identidade e direitos indígenas.